

Fazenda nega criação de imposto para pequenas compras online

Pela segunda vez em menos de 24 horas, o Ministério da Fazenda desmentiu notícias sobre um suposto fim de isenção de US\$ 50 para compras do exterior pela internet. Em nota emitida no fim da tarde da quarta-feira (12), em Brasília, a pasta informou que a medida não está em estudo e que pretende apenas aumentar a fiscalização sobre lojas online que fracionam as compras e atuam de forma irregular.

O ministério informou que a isenção para envio de encomendas de até US\$ 50 entre pessoas físicas, sem fins comerciais, continuará valendo. A Receita Federal, destacou o ministério, pretende combater empresas que usam brechas na fiscalização para

enviar compras como se fossem pessoas físicas e escapar da tributação.

“Esse benefício [a isenção sobre encomendas de até US\$ 50] se aplica somente para envio de pessoa física para pessoa física. Se, com base nele, empresas estiverem fracionando as compras, e se fazendo passar por pessoas físicas, estão agindo ilegalmente”, destacou a nota.

Ainda segundo o governo, não haverá nenhuma mudança para quem atualmente compra e vende legalmente pela internet, que paga Imposto de Importação de 60%. A medida provisória a ser editada em breve, informou o texto, antecipará a prestação de declarações pelas empresas quando as mercadorias ainda

não tiverem chegado ao país.

“O que o Ministério da Fazenda pretende fazer é reforçar a fiscalização. A partir da medida provisória, o exportador vai ter que prestar declaração antecipada com dados do exportador e de quem compra, além do produto”, esclareceu o comunicado.

Segundo a nota oficial, as mudanças beneficiarão o consumidor que receberá as compras online mais rápido, com mais segurança e qualidade. “Os produtos terão o processo de liberação agilizado a partir das informações prestadas pelo vendedor legal, enquanto ainda estiverem em trânsito para o país”, informou o ministério.

Fábio Zanini/Folhapress



Economia



Vendas do varejo crescem 3,8% em janeiro, recorde para o mês

Página - 03

Dívida bruta do Brasil volta a crescer em meio a tendência global, aponta FMI

Página - 03



Empresas de seguro criticam projeto de lei do setor desativado por Pacheco

Página - 08

BB aporta na PayFy, cartão corporativo que atraiu P&G e Havaianas

Página - 08



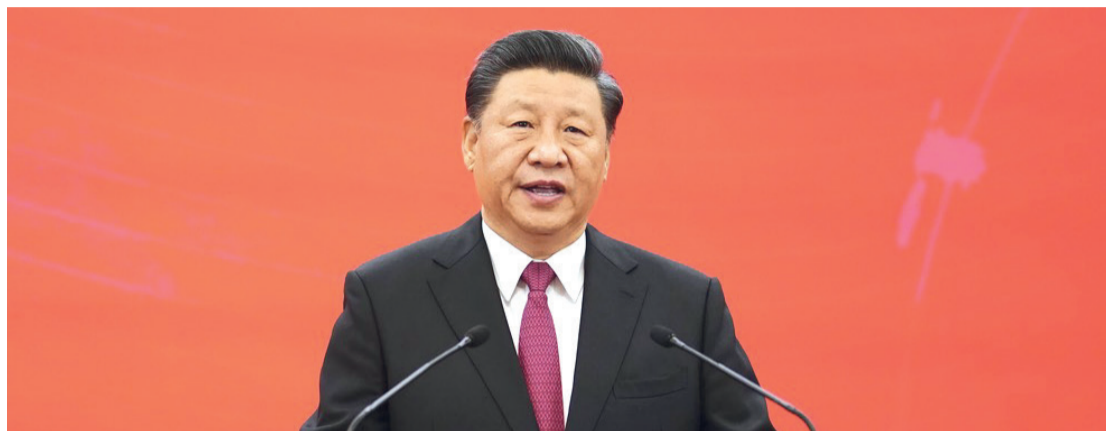
Política

Alckmin defende ampliação de comércio com América Latina Página - 04

Lira reage, atrai partidos da direita e da base do governo e forma maior bloco na Câmara Página - 04

No Mundo

China deve fortalecer treinamento militar para 'combate real', diz Xi Jinping



O líder da China, Xi Jinping, pediu às Forças Armadas de seu país na quarta-feira (12) para reforçar o treinamento militar “orientado para o combate real”. A instrução foi dada após três dias de exercícios militares para pressionar Taiwan nação que Pequim considera uma província rebelde não incorporada ao território chinês desde o fim da guerra civil, em 1949.

Os primeiros comentários públicos de Xi desde o início dos exercícios foram transmitidos pela emissora estatal CCTV. Na véspera, durante visita a uma base naval no sul, o líder disse, sem citar Taiwan diretamente, que o

exército deve “defender com determinação a soberania territorial e os interesses marítimos da China, além de se esforçar para proteger a estabilidade periférica em geral”.

A tensão dos últimos dias se deve ao encontro da semana passada entre a presidente taiwanesa, Tsai Ing-wen, e o presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Kevin McCarthy reunião considerada uma provocação por Pequim. Os testes militares, uma resposta ao encontro, terminaram na segunda-feira (10) e mobilizaram navios de guerra, lançadores de mísseis e caças.

Mesmo após a interrupção dos exercícios intensivos,

militares da ilha continuam em alerta máximo com a continuidade dos testes do exército chinês, segundo o South China Morning Post. De acordo com o jornal, o Ministério da Defesa de Taiwan afirma que pelo menos 35 aviões de guerra da China foram detectados operando ao redor da ilha desde segunda, assim como oito navios de guerra do país vizinho.

“As forças armadas [taiuanesas] monitoraram a situação e direcionaram aeronaves de patrulha aérea, navios da marinha e sistemas de mísseis baseados em terra para responder a essas atividades”, disse a pasta em comunicado. Folhapress

Emissão de visto americano de turismo fica mais cara a partir do fim de maio



A emissão do visto de turismo americano (categoria B1/B2) ficará mais cara a partir de 30 de maio. De acordo com um comunicado do governo americano, a taxa que hoje é de US\$ 160 subirá para US\$ 185, ou cerca de R\$ 925 na cotação da quarta-feira (12).

De acordo com o documento, essa proposta ainda é inferior à ideia inicial de aumento, de 24,5% - neste cenário, o valor subiria para US\$ 245, ou R\$ 1.208.

De acordo com o governo americano, o reajuste busca balancear as receitas com os custos dos atendimentos, cuja demanda “está se recuperan-

do significativamente mais rápido do que o previsto anteriormente”. Outras categorias também terão aumento: os documentos de trabalho temporário (categorias H, L, O, P, Q e R) passarão de US\$ 190 para US\$ 205, e os vistos de investidor (categoria E), de US\$ 205 para US\$ 315.

O aumento ocorre em meio a acúmulo de filas para a primeira emissão do documento, que atualmente é de 571 dias em São Paulo. Nos consulados americanos em outras cidades, a fila é ligeiramente menor: 479 dias em Brasília, 458 dias no Rio de Janeiro e 381 dias em Recife. Quem precisa apenas renovar um visto já concedido pega

uma fila menor, de cerca de 50 dias. Os tempos de espera podem ser consultados no site oficial do Departamento de Estado americano.

O tempo de agendamento começou a aumentar de forma mais acentuada como efeito direto da Covid-19, que impactou o funcionamento das missões diplomáticas. No período de restrições mais severas, os EUA deixaram de emitir autorizações de entrada não emergenciais para estrangeiros.

Além disso, é possível pedir a antecipação da entrevista em casos emergenciais, como morte de parentes imediatos e tratamentos médicos. Folhapress

Vídeo de suposta decapitação de soldado da Ucrânia choca até o Kremlin

Dois vídeos que supostamente mostram soldados da Ucrânia degolados e que viralizaram em perfis pró-Rússia nas redes têm sido alvo de condenações pelo mundo por parte de líderes ucranianos e até mesmo do Kremlin, que chamou um deles de “terrível” na quarta-feira (12).

Nenhum dos vídeos teve sua autenticidade confirmada. O mais chocante deles, que mostra um homem tendo sua cabeça cortada por outro, não aparenta ser recente, uma vez que tem ao fundo plantas de um verde intenso ou seja, provavelmente não foi filmado nos últimos meses, de inverno. Já o outro exibe o chão coberto de folhagens, o que poderia indicar que foi gravado recentemente.

O site The Insider, especializado em jornalismo investigativo, destrinchou o conteúdo do primeiro vídeo. O veículo afirma que ele exi-

be um soldado uniformizado com uma braçadeira amarela, possivelmente um prisioneiro de guerra ucraniano, deitado no chão.

Outro homem, este usando uma braçadeira branca na perna símbolo associado a combatentes russos então decapita o suposto detido com uma faca, cujos gritos podem ser ouvidos. Outros homens cercam a dupla e incentivam o homem com a arma. “Vamos ao trabalho, parceiros! Corta isso! Quebra a espinha dele! Você nunca degolou uma pessoa antes? Tem que ir até o final”, afirmam, em russo. Eles também exibem para a câmera um colete à prova de balas com uma insígnia ucraniana que pertenceria à vítima.

Quando a cabeça é enfim separada do resto do corpo, a pessoa que filma o vídeo diz, também em russo: “Agora põe isso numa bolsa e envia para o comandante”.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Vendas do varejo crescem 3,8% em janeiro, recorde para o mês



As vendas no comércio varejista no país cresceram 3,8% de dezembro para janeiro, a maior variação para o mês desde o início da série histórica, em 2000. Em relação a janeiro de 2022, o aumento foi de 2,6%, o sexto positivo consecutivo neste tipo de comparação. No indicador acumulado nos últimos 12 meses, a alta foi de 1,3%.

Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada na quarta-feira (12) pelo IBGE. Esta é a primeira divulgação da nova série da pesquisa, que passou por atualizações na seleção da amostra de empresas, ajustes nos pesos dos produtos e das atividades, além de alterações metodológicas, para retratar

mudanças econômicas da sociedade.

O aumento apresentado em janeiro também é o maior para qualquer mês desde julho de 2021, quando houve alta de 3,9%. Segundo o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, cada mês tem sua especificidade no setor, mas ele destacou que desde setembro (1,1%) o volume de vendas no varejo não registrava alta.

“É um resultado importante, porque o comércio vinha de resultados negativos ou estabilidade”, afirmou, em nota.

A alta do mês foi disseminada entre as atividades pesquisadas, já que sete das oito tiveram crescimento em janeiro. Destaque para o setor de tecidos, vestuário e calçados, que aumentou 27,9%

após quatro meses de queda.

Outro grupo que influenciou no resultado do varejo nacional foi o de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com aumento de 2,3% após dois meses de diminuição no volume de vendas.

“Ambos os setores sinalizam uma recuperação em janeiro. Pelo resultado de dezembro, é possível considerar que movimentos como Black Friday e o Natal não foram positivos para as duas atividades. Com as quedas anteriores e a base de comparação mais baixa, houve um crescimento importante em janeiro, motivado principalmente por iniciativas pós-Natal”, disse Santos. Ana Cristina Campos/ABR

Dívida bruta do Brasil volta a crescer em meio a tendência global, aponta FMI



Após dois anos de queda, a dívida bruta brasileira deve voltar a subir em 2023 e continuará a crescer pelos próximos cinco anos, segundo uma tendência global, projeta o FMI.

Segundo a instituição, a dívida bruta do país vinha em trajetória de crescimento ano a ano até atingir o pico de 96,8% do PIB em 2020, com o início da pandemia de Covid-19, quase nove pontos a mais do que no ano anterior. Nos dois anos seguintes, a proporção baixou até atingir 85,9% do PIB no ano passado.

Neste ano, porém, o FMI prevê que a relação entre a dívida e o PIB aumente para 88,4%, e continue crescendo até atingir 96,2% em 2028. Os dados fazem parte do Mo-

Receita quer intensificar fiscalização de impostos de importação

A Receita Federal vai intensificar a fiscalização do pagamento de impostos de produtos importados via comércio eletrônico. Segundo o órgão, não haverá aumento de tributo, pois hoje já existe a tributação de 60% sobre o valor da encomenda, “mas que não tem sido efetiva”.

“O que se está se propondo são ferramentas pra viabilizar a efetiva fiscalização e exigência do tributo por meio de gestão de risco”, informou. “A Receita vai centrar sua fiscalização nas remessas de maior risco, em que nossos sistemas de gestão de riscos, alimentados pelas declarações antecipadas, apontem risco maior de inconsistências”, explica o comunicado.

A proposta da Receita é obrigar a apresentação de declarações completas e antecipadas da importação, com identificação completa do exportador e do importador. Em caso de subfaturamento ou dados incompletos ou incorretos haverá multa.

Atualmente, existe isenção de impostos sobre remessas internacionais até US\$ 50, somente para transações feitas de pessoas físicas para pessoas físicas. Entretanto, o órgão está propondo mudanças no processamento de encomendas para evitar fraudes por grandes empresas estrangeiras. “Esse benefício é apenas para envio de pessoa física para pessoa física, mas vem sendo amplamente utilizado fraudulentamente, para vendas realizadas por empresas estrangeiras”, explicou o órgão em nota à imprensa, na noite da terça-feira (11) para esclarecer informações divulgadas pela imprensa de que o órgão acabaria com esta isenção específica de imposto.

A Receita quer dar o mesmo tratamento nas remessas de pessoas jurídicas e físicas. “Hoje as remessas por pessoas físicas de bens com valor relevante são absolutamente inexpressivas. Essa distinção só está servindo para fraudes generalizadas nas remessas”, argumentou. Andreia Verdélio/ABR



nitor Fiscal, relatório do FMI divulgado na quarta (12).

A projeção considera o cenário atual, sem o arcabouço fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que propõe que as despesas do governo cresçam num ritmo de até 70% da arrecadação. O pacote de regras, no entanto, ainda não foi enviado ao Congresso.

O crescimento da dívida bruta do país segue tendência global, e o Brasil está abaixo da média mundial, que deve ser de dívida bruta de 93,3% em relação ao PIB neste ano, também um aumento após dois anos de queda, segundo o órgão.

Até o ano passado, o mundo viu a queda mais íngreme dos últimos 70 anos na dívida global, após aperto nas

condições fiscais e monetárias em cerca de três quartos das nações acompanhadas pelo FMI. No entanto, a dívida ainda está cerca de oito pontos acima das projeções pré-pandemia, diz o relatório.

As finanças públicas no mundo todo melhoraram nos últimos dois anos pelo aumento do PIB após a queda abrupta em 2020 com a pandemia, não apenas pela força da recuperação econômica, mas também pelo aumento inesperado da inflação, que provocou crescimento da arrecadação. Brasil tem uma das maiores dívidas brutas entre as economias emergentes, atrás apenas da Ucrânia (98,3%), país em guerra, e Egito (92,9%), dentre os países dos quais o FMI agrega dados. Thiago Amâncio/Folhapress

Política

Alckmin defende ampliação de comércio com América Latina



O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, defendeu a ampliação do comércio entre o Brasil e os países da América Latina, pois apenas 26% das transações são intrarregionais. “No mundo, embora globalizado, o comércio é tremendamente intrarregional”, disse, na quarta-feira (12), na abertura de evento da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, em Brasília.

Segundo ele, o comércio de Estados Unidos, Canadá e México é 50% entre eles. Na União Europeia e na Ásia, esses números sobem para 60% e 70%. “Temos que começar pelos vizinhos, então, fazer um grande esforço comercial na região, que é para onde nós vendemos caminhão, au-

tomóveis, ônibus, autopeças, linha branca, produtos de valor agregado”, disse Alckmin.

Por isso, segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua participação internacional nesse terceiro mandato viajando para a Argentina e Uruguai. Na sequência, esteve nos Estados Unidos, que é o maior investidor no Brasil, e agora está na China com a expectativa que mais de 20 acordos sejam assinados com o país asiático.

Segundo Alckmin, o governo está otimista com a aprovação do arcabouço fiscal e, posteriormente, da reforma tributária para alavancar os investimentos no país. Para o vice-presidente, que também é o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o Bra-

sil teve uma desindustrialização precoce e preocupante mas, com as medidas, pode recuperar a competitividade.

Com o pacote de medidas fiscais, que ainda deve ser enviado ao Congresso, o governo busca garantir credibilidade e previsibilidade para a economia e para o financiamento dos serviços públicos como saúde, educação e segurança pública.

“A nova ancoragem fiscal é inteligente porque estabelece rigor nos gastos públicos, a curva da dívida vai cair, e de outro lado ela é anticíclica, ou seja, quando a economia crescer muito forte você tem um teto de gasto e quanto tiver mais fraca você tem piso para ajudar a alavancar a atividade econômica”, explicou.

Andréia Verdêlo/ABR

Lira reage, atrai partidos da direita e da base do governo e forma maior bloco na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conseguiu atrair partidos de centro, de direita e da base do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para formar um bloco com 173 deputados tornando-se a maior força da Casa.

O grupo será formado por PP, partido de Lira, União Brasil, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante, além das legendas de esquerda PDT e PSB.

A criação do bloco foi selada em reunião na manhã da quarta-feira (12), segundo líderes afirmaram à reportagem. A iniciativa é uma reação do presidente da Casa à criação de um bloco que rachou o centrão e uniu Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC (com 142 par-

lamentares) e que esvaziou poder interno de Lira.

O novo bloco terá 173 deputados, resultado da soma de cada bancada partidária segundo divulgado no site da Câmara.

A criação deverá ser anunciada em entrevista coletiva com os líderes dos partidos ainda na quarta.

O pano de fundo dessa movimentação envolve a disputa de poder dentro do Congresso, a força que cada agrupamento terá na relação com o governo federal e a própria sucessão do presidente da Câmara que ocorrerá em fevereiro de 2025.

No começo do ano, lideranças da União Brasil e do PP tentaram costurar uma federação dos dois partidos, mas as articulações fracassaram.

Victoria Azevedo/Folhapress



Dilma assume banco que ainda não mostrou a que veio



A ideia de um banco do Brics surgiu na Índia, em 2012. Economistas, entre eles o americano Joseph Stiglitz, propuseram ao então primeiro-ministro considerar a criação de um banco de desenvolvimento do grupo de grandes países em desenvolvimento. Manmohan Singh levou a proposta aos outros quatro líderes, de Brasil, Rússia, China e África do Sul, que a receberam bem e criaram um canal de negociação. Após dois anos de conversas, o tratado que constituiu o banco foi assinado em 2014, em Fortaleza, tendo Dilma Rousseff como anfitriã e presidente do Brics naquele ano.

A ex-presidente da República toma posse formal

no comando da instituição na próxima quinta-feira (13), em Xangai, sede do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, da sigla em inglês), como ele acabou sendo chamado. Já se mudou para a cidade chinesa.

O economista Paulo Nogueira Batista Jr., que participou das negociações para criar e depois foi o primeiro vice-presidente do banco, recorda que Dilma “se dedicou muito ao Brics, uma área da política externa de que ela gostava especialmente”. E se envolveu nas conversas que viabilizaram a instituição.

“A chegada da Dilma agora é um marco para o banco”, diz. “Ele ficou aquém do que esperava, nesses primeiros anos. Os resultados foram insuficientes, limitados por

várias circunstâncias, menores e maiores, de caráter macropolítico. Nunca esteve muito bem, na minha época também não.”

Ele cita a lentidão em questões estratégicas como a ascensão de novos membros ao banco, o que frustra a instituição que se pretendia global, com carteira de investimentos pelo mundo.

Outro problema seria o avanço limitado nas operações com moedas nacionais dos próprios integrantes. “Ele continua operando sobretudo em dólar. É um objetivo declarado desde 2016, está na primeira estratégia do banco, uma proposta antiga, anterior a essa preocupação global com o uso político do dólar.”

Nelson de Sá/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2023

1. Data, Horário e Local: No dia 24 de março de 2023, às 09:00 horas, excepcionalmente realizada de forma remota, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do estatuto social da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia").
2. Convocação e Presença: Presentes todos os membros do Conselho de Administração, quais sejam Sr. Sergio Zimerman; Sra. Tania Zimerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra, Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva e Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley, restando dispensada a convocação.
3. Mesa: Presidida pelo Sr. Claudio Roberto Ely, e secretariada pela Sra. Tania Zimerman.
4. Ordem do Dia: Deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar, *ad referendum* da assembleia geral, a contratação da empresa de avaliação Pró-Contaty Contabilidade S/S Ltda. para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido do Conselho de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. ("CDSG"), na data base de 28 de fevereiro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (ii) aprovar, *ad referendum* da assembleia geral, o Laudo de Avaliação; (iii) aprovar, *ad referendum* da assembleia geral, o "Protocolo e Justificação da Incorporação do Conselho de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. pela Pet Center Comércio e Participações S.A." ("Protocolo e Justificação"); (iv) a proposta da administração, a ser submetida à assembleia geral, para (a) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (b) apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (c) deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; (d) aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2023; (e) ratificar a eleição da Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley como membro do Conselho de Administração; (f) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Pró-Contaty Contabilidade S/S Ltda. para elaboração Laudo de Avaliação; (g) aprovar o Laudo de Avaliação; (h) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da CDSG pela Companhia; (i) aprovar a incorporação do CDSG pela Companhia, com a consequente extinção do CDSG ("Incorporação"); (j) aprovar a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir os novos valores do capital social e da quantidade de ações em que se divide, e, como consequência, a consolidação do Estatuto Social; (k) aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores; (v) a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para deliberar sobre as matérias indicadas nos itens anteriores; e (vi) a autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas nesta reunião.
5. Deliberações: Instalada a reunião e após exame e discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: (i) aprovar, *ad referendum* da assembleia geral, a contratação da empresa de avaliação Pró-Contaty Contabilidade S/S Ltda. para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido do CDSG, na data base de 28 de fevereiro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia; (ii) aprovar, *ad referendum* da assembleia geral, o Laudo de Avaliação; (iii) aprovar, *ad referendum* da assembleia geral, o Protocolo e Justificação, a ser celebrado entre as administrações da Sociedade e da Petz em 24 de março de 2023 na forma do Anexo I à presente ata; (iv) a proposta da administração, a ser submetida à assembleia geral, para (a) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (b) apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (c) deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; (d) aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2023; (e) ratificar a eleição da Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley como membro do Conselho de Administração; (f) aprovar a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação Pró-Contaty Contabilidade S/S Ltda. para elaboração Laudo de Avaliação; (g) aprovar o Laudo de Avaliação; (h) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação do CDSG pela Companhia; (i) aprovar a Incorporação; (j) aprovar a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir os novos valores do capital social e da quantidade de ações em que se divide, e, como consequência, a consolidação do Estatuto Social; (k) aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores; (v) Aprovar, com fundamento no artigo 16, (v), do Estatuto Social da Companhia, a convocação da AGOE, bem como a submissão da respectiva proposta da administração ao exame, discussão e votação da AGOE, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação pertinentes, as informações e os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGOE serão oportunamente divulgados aos acionistas. (vi) Aprovar a autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações tomadas nesta reunião.
6. Encerramento e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme concordância de todos os presentes.
Mesa: Claudio Roberto Ely (Presidente) e Tania Zimerman (Secretária).
Conselheiros Presentes: Sr. Sergio Zimerman; Sra. Tania Zimerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra, Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva e Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley. Confere com a original lavrada em livro próprio.
Mesa: Claudio Roberto Ely – Presidente; Tania Zimerman – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o nº 136.074/23-6 em 10/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Perkinelmer do Brasil Ltda.

CNPJ/MF 00.351.210/0001-24 – NIRE 35.212.739.238

Vigésima Quarta Alteração do Contrato Social

Pelo presente: **I. Perkinelmer Diagnostics Global Holdings S.A.R.L.**, com sede em Luxemburgo, registrada sob nº B 217.132 e CNPJ/MF nº 29.810.888/0001-00, representada por, **Braz Mezzacapa Neto**, RG nº 11.825.953-SSP/SP e CPF/MF nº 051.542.378-54; **II. Perkinelmer Holdings, INC.**, com sede nos EUA, CNPJ nº 05.723.072/0001-80, representada por, **Braz Mezzacapa Neto**, acima qualificado; e **III. Perkinelmer Health Sciences, INC.**, com sede nos EUA, CNPJ nº 05.723.074/0001-70, representada por, **Braz Mezzacapa Neto**, acima qualificado, na qualidade de sócios representando a totalidade do capital social da **Perkinelmer do Brasil Ltda.**, CNPJ/MF nº 00.351.210/0001-24 e NIRE 35.212.739.238, ("Sociedade"); **Resolvem**, por unanimidade: **1. Operação de Cisão Parcial:** 1.1. Os sócios aprovaram todos os termos e condições do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Sociedade, celebrado em 24/02/2023 ("Protocolo") entre a Sociedade e **Perkinelmer do Brasil Analítica Ltda.**, CNPJ/MF nº 48.817.398/0001-80. **1.2.** Os sócios ratificaram a nomeação da **RSM Brasil Auditores Independentes S.S.**, CNPJ/MF nº 16.549.480/0001-84 e CRC-SP nº 2SP030.002/0-7 para a elaboração do laudo de avaliação dos ativos cindidos da Sociedade. **1.3.** Os sócios aprovaram todos os termos e condições do laudo de avaliação elaborado pela Empresa Especializada, o qual estabelece que o valor dos ativos da Sociedade a serem cindidos corresponde a R\$ 15.696.797,00, considerando o balanço patrimonial da Sociedade elaborado para esse fim em 05/02/2023. **1.4.** Os sócios aprovaram a cisão parcial da Sociedade, com a subsequente incorporação da parcela cindida pela Perkinelmer Analítica, nos termos do Protocolo e do Laudo de Avaliação. **1.5.** As variações patrimoniais relativas à parcela cindida que ocorreram entre a Data Base e a presente data, serão absorvidas pela Perkinelmer Analítica. **2. Redução de Capital:** **2.1.** O capital social da Sociedade será reduzido de R\$ 47.060.952,00 para R\$ 31.364.155,00, uma redução, de R\$ 15.696.797,00, mediante o cancelamento de 15.696.797 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada. **3. Alteração de Cláusulas:** **3.1.** O Artigo 5º do Contrato Social da Sociedade foi alterado e passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º. O capital da Sociedade é de R\$ 31.364.155,00, dividido em 31.364.155 quotas, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: (b) **Perkinelmer Diagnostics Global Holdings S.A.R.L.** possui 31.077.578 quotas, no valor total de R\$ 31.077.578,00; (b) **Perkinelmer Holdings, INC.** possui 272.248 quotas, no valor total de 272.248,00; e (c) **Perkinelmer Health Sciences, INC.** possui 14.329 quotas, no valor total de R\$ 14.329,00. § 1º. Cada quota confere ao seu titular direito a um voto nas reuniões de sócios. § 2º. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital." **4. Consolidação do Contrato Social:** **4.1.** Assim, em razão das deliberações tomadas acima, as sócias decidem **Consolidar e Ratificar** todas as disposições do Contrato Social da Sociedade. São Paulo, 24/02/2023. Assinaturas: **Perkinelmer Diagnostics Global Holdings S.A.R.L.** p.p. **Braz Mezzacapa Neto**; **Perkinelmer Holdings, Inc.** p.p. **Braz Mezzacapa Neto**; **Perkinelmer Health Sciences, Inc.** p.p. **Braz Mezzacapa Neto**.

National Presort L.P.

CNPJ nº 27.548.819/0001-44 – NIRE 35.500.723.396

Ata de Deliberação

Data e Horário: 08/02/2023, às 10:00 horas. **Local:** sede da Sociedade, na cidade de São Paulo-SP, na Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 296, 23º andar, Torre Z. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** representada por seu bastante procurador, Sr. Alexandre Junior da Silva Nogueira, CPF nº 130.049.868-41 e RG nº 22.377.497-2 SSP/SP. **Mesa:** Alexandre Junior da Silva Nogueira – Presidente; Jessica Teixeira – Secretária. **Deliberações aprovadas sem quaisquer restrições:** (a) Foi aprovada a dissolução e a liquidação da sociedade; (b) Foram aprovados os documentos apresentados e o balanço de liquidação levantado em 31/01/2023. (c) foi nomeado o Sr. Alexandre Junior da Silva Nogueira, acima qualificado, para exercer a função de liquidante desta Sociedade; (d) A posse dos livros e documentos da Sociedade, ficará a cargo do Liquidante acima qualificado; e (e) Diante do acima exposto, a filial da Sociedade é extinta no Brasil. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrado os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 08/02/2023. Assinaturas: **Alexandre Junior da Silva Nogueira** – Presidente; **Jessica Teixeira** – Secretária. **National Presort L.P.** Por: Alexandre Junior da Silva Nogueira. JUCESP – Registro nº 108.592/23-6 em 15/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 03.645.772/0001-79 – NIRE 35.300.191.234

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2023

Data, hora e local: em 24/03/2023, às 09:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Christian Max Finardi Squassoni; Secretário: Duilio de Oliveira Beneduzzi. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) Foi aprovada a capitalização dos AFACs realizados pela acionista Dock Tech LLC ("Dock LLC") (i) no valor de US\$ 3.905.868,57 em 09/03/2023, correspondendo em moeda corrente nacional ao montante de R\$ 20.000.000,00, (ii) no valor de US\$ 1.910.949,75 em 14/03/2023, correspondendo em moeda corrente nacional ao montante de R\$ 10.000.000,00, e (iii) no valor de US\$ 2.279.635,26 em 20/03/2023, correspondendo em moeda corrente nacional ao montante de R\$ 12.000.000,00, totalizando o valor dos aportes em moeda corrente nacional de R\$ 42.000.000,00, passando o Capital Social de R\$ 736.908.737,17 para R\$ 778.908.737,17. O valor total de R\$ 159.600,00 foi integralmente suportado pela Companhia. Altera-se a redação do artigo 5º do Estatuto Social, conforme abaixo. "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 778.908.737,17, dividido em dividido em 74.566.287 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata. Barueri/SP, 24/03/2023. (ass.) **Mesa:** Christian Max Finardi Squassoni – Presidente; Duilio de Oliveira Beneduzzi – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o nº 133.363/23-5 em 03/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Fercoi S.A.

CNPJ/ME nº 60.806.460/0001-33 – NIRE 35.300.064.097

Convocação – Assembleia Geral Ordinária

A administração em exercício convoca os Srs. acionistas para Assembleia Geral Ordinária de Sócios da Fercoi S.A. (Companhia), sociedade por ações, com sede na Avenida Henry Ford, 1700, Bairro Mooca, São Paulo/SP, em conformidade com os artigos 121 e 132 da Lei no 6.404/76, a ser realizada no endereço da sede social, no dia 09/05/2022, às 10h (dez horas), em primeira convocação, a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, para tratar da seguinte pauta do dia: (i) eleição de Diretoria e fixação dos honorários globais nos termos da decisão cautelar provisória proferida nos autos nº 1026690-40.2023.8.26.0100 e que é ainda atacável por recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo; (ii) apreciação das contas da administração relativa ao exercício social findo em 31/12/2022 e destinação dos resultados, se cabível. A diretoria em exercício: **Sandra Fernandes/RG nº 8.977.462/SSP-SP e CPF nº 049.113.118-60 e Marta Fernandes Toschi/RG nº 8.977.463-2/SSP-SP e CPF nº 049.113.128-31.** (11, 12 e 13/04/2023)

Dólar fecha abaixo de R\$ 5,00 pela primeira vez no ano após CPI nos EUA



O dólar emendou o segundo pregão de queda firme na sessão da quarta-feira, 12, e rompeu a barreira de R\$ 5,00 no fechamento pela primeira vez desde início de junho de 2022, em dia marcado por perdas da moeda americana no exterior. O real apresentou o melhor desempenho entre divisas emergentes e de países exportadores de commodities, seguido de perto pelo peso colombiano. Operadores voltaram a relatar fluxo de recursos estrangeiros para ações e renda fixa local, além de fechamento de câmbio por exportadores e desmonte de posições defensivas no mercado futuro.

Já favorecidas pela alta das commodities diante de sinais positivos da economia chinesa, divisas emergentes, em especial latino-americanas de países com juros altos, ganharam impulso extra ontem com a divulgação do resultado abaixo do esperado do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) nos EUA em março.

Embora o processo de desinflação ainda seja lento, cresce a percepção de fim iminente do aperto monetário, com provável alta residual de 25 pontos-base em maio.

Por aqui, ainda reverberaram nas mesas de operação a desaceleração forte do IPCA em março e a possibilidade de inclusão de travas extras à expansão de gastos na proposta do novo arcabouço fiscal, em meio a sinais de que o presidente Lula teria arbitrado a favor da equipe econômica na disputa com a ala política do Planalto.

Tirando uma alta bem pontual e limitada nos primeiros minutos de negócios, o dólar operou em baixa firme ao longo do dia. Com mínima a R\$ 4,9176 (-1,79%) no fim da manhã, a moeda encerrou a sessão em baixa de 1,31%, cotada a R\$ 4,9417 – menor valor de fechamento desde 9 de junho de 2022 (R\$ 4,9156). A divisa já apresenta perdas de 2,30% na semana e de 2,50% em março, o que leva a desvalorização acumulada no ano a 6,41%.

DÓLAR compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 4,949 / R\$ 4,9496 **
Câmbio livre mercado - R\$ 4,9390 / R\$ 4,9410 *
Turismo - R\$ 5,0500 / R\$ 5,1430

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -1,31%

OURO BM&F R\$ 314,50

BOLSAS B3 (Ibovespa)
Variação: 0,64%
Pontos: 106.889
Volume financeiro: R\$ 59,776 bilhões
Maiores altas: EcoRodovias ON (7,54%), Brasil ON (6,96%), Banco Pan PN (4,19%)

Maiores baixas: Carrefour Brasil ON (-3,60%), Vale ON (-2,14%), Assaí ON (-1,84%)
S&P 500 (Nova York): -0,41%
Dow Jones (Nova York): -0,11%
Nasdaq (Nova York): -0,85%
CAC 40 (Paris): 0,09%
Dax 30 (Frankfurt): 0,31%

Financial 100 (Londres): 0,5%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,57%
Hang Seng (Hong Kong): -0,86%
Shanghai Composite (Xangai): 0,41%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,07%
Merval (Buenos Aires): 2,65%
IPC (México): -0,5%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE
Setembro 2022: -0,29%
Outubro 2022: 0,59%
Novembro 2022: 0,41%
Dezembro 2022: 0,62%
Janeiro 2023: 0,53%

MM & Santos Participações S/A

CNPJ/MF nº 30.870.079/0001-72

Aviso – Demonstrações Financeiras Resumidas em Atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/.

Balanco Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante		17.281	14.419
Dividendos a receber	4	17.281	14.419
Não circulante		474.573	273.146
Investimento	5	474.573	273.146
Total do ativo		491.854	287.565

Passivo e patrimônio líquido Circulante

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2022	2021
Circulante		19.238	18.588
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	6	19.016	18.511
Outros		222	77

Patrimônio líquido

Patrimônio líquido	Nota explicativa	2022	2021
Capital social	6	472.616	268.977
Reserva legal		243.000	120.000
Reserva de lucros		18.387	10.488
Reserva de lucros		211.229	138.489
Total do passivo e do patrimônio líquido		491.854	287.565

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31/12/2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A MM & Santos Participações S.A. ("Companhia") com sede em São José do Rio Preto-SP tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como administração de bem próprios. A Companhia possui participação societária na Facchini Participações S.A. "holding", controladora do Grupo Facchini, que por sua vez, possui participação e controla a sociedade operacional Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis** – **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia e autorizadas para emissão em 29/03/2023. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. A administração da Companhia não identificou em 31/12/2022 e 2021, estimativas que requerem maior nível de julgamento, sem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas não foram consideradas significativas para as essas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas (despesas) operacionais	2022	2021
Administrativas e gerais	(57)	(35)
Equivalência patrimonial	128.863	122.097
Lucro líquido do exercício	128.806	(35)
Quantidade ponderado de ações do capital social	68.351.000	68.351.000
Lucro básico e diluído por ação – R\$	1,88	1,79

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	2022	2021
Resultado abrangente do exercício	128.806	122.062

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, outros resultados abrangentes, tampouco instrumentos financeiros derivativos. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem outros passivos. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **c) Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. A conta de reserva para incentivo fiscal representa a equivalência reflexo da reserva de incentivo fiscal da sociedade investida Facchini Participações S.A. (Nota 6.e). **d) Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **e) Capital social – Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **f) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. **g) Investimento em coligada:** Nas demonstrações financeiras da Companhia, as informações financeiras da coligada Facchini Participações S.A., onde a Companhia mantém participação de 33,34% (2021 – 27,34%), é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Os ganhos e as perdas de diluição,

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Total	
		Reserva de capital legal	Reserva de giro	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	68.351	5.110	77.376	13.407	164.244	
Aumento de capital	6 b)	51.649	–	(38.447)	(13.302)	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	122.062	122.062
Destinação do lucro líquido do exercício: Reserva legal	6 d)	–	5.378	–	(5.378)	–
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6 e)	–	–	(14.578)	29.067	(14.504)
Dividendos propostos	6 c)	–	–	(12.205)	–	(5.109)
Reserva de capital de giro	6 f)	–	–	97.071	–	(97.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		120.000	10.488	109.217	29.272	–268.977
Incorporação – RF&N Participações S.A.	1	43.000	2.299	30.523	74	–75.896
Aumento de capital	6 b)	80.000	–	(51.067)	(28.933)	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	128.806
Destinação do lucro líquido do exercício: Reserva legal	6 d)	–	5.600	–	–	(5.600)
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6 e)	–	–	–	16.809	(16.808)
Dividendos propostos	6 c)	–	–	–	–	(1.064)
Reserva de capital de giro	6 f)	–	–	105.334	–	(105.334)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		243.000	18.387	194.007	17.222	–472.616

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	2022	2021	Caixa gerado pelas atividades de investimento	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades de investimento	128.806	122.062	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	3.809	2.734
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			Dividendos pagos	(3.809)	(2.734)
Equivalência patrimonial	(128.863)	(122.097)	Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(3.809)	(2.734)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:	(57)	(35)	Aumento de caixa e equivalente de caixa	–	–
Outras obrigações	57	35	Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício	–	–
Fluxo de caixa de atividades de investimentos	57	35	Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício	–	–
Dividendos recebidos	3.809	2.734			

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Em decorrência da natureza do objeto social da Companhia (Nota 1), as seguintes alterações não trouxeram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31/12/2022: • Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) – As alterações a esses pronunciamentos são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: (i) Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; (ii) Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e (iii) Referências à Estrutura conceitual. • IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards – Subsidiária como adotante pela primeira vez. • IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros) • IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola). **i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, contudo, não é esperado impacto significativo em suas demonstrações financeiras. • IFRS 17 – Contratos de Seguro. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). **3. Gestão de risco financeiro** – (a) **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem ao risco de liquidez, substancialmente em decorrência da dependência dos dividendos gerados pela entidade operacional do grupo Facchini S.A. (controlada da Facchini Participações S.A.). A administração da Companhia entende que o risco de liquidez é baixo, uma vez que a referida sociedade operacional apresenta historicamente

Rubens Facchini – Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaías Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/0-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Outros assuntos: **Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e

com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 29 de março de 2023.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP027623/F
Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC-SP211793/O

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.brPara a versão online do jornal acesse nosso site: www.datamercantil.com

Negócios

BB aporta na PayFy, cartão corporativo que atraiu P&G e Havaianas



O Banco do Brasil, que tem mais de um terço da carteira de crédito dedicada a empresas e sabe que controlar custos tem sido uma das maiores dores de cabeça para seus clientes, resolveu investir em uma fintech que ajuda companhias a fazer uma melhor gestão das despesas.

Por meio do BB Ventures, braço de investimento em venture capital gerido pela MSW Capital, o banco acaba de aportar R\$ 4 milhões na PayFy, uma plataforma fundada em 2018 e que já atraiu clientes como LG, Havaianas, Multilaser, P&G, Unimed e Moura.

O produto que mais chamou a atenção do BB foi o de controle de gastos de cartões corporativos, que o banco

acredita que pode ser algo fundamental para o perfil da sua clientela. “A solução deles é muito fluida e com grande capacidade de integração”, disse Marisa Reghini, VP de negócios digitais e tecnologia do BB. A instituição financeira tem R\$ 358,5 milhões emprestados a empresas, 35% de uma carteira total de R\$ 1 trilhão. A expectativa do banco é que o crédito para PJ cresça entre 15% a 17% em 2023, ritmo superior ao esperado para a pessoa física, cuja previsão de alta vai de 11% a 13%.

Atento ao mercado, o BB tem percebido, assim como outras instituições financeiras, que a palavra da vez para as empresas é eficiência. Com o juro em patamar elevado e a economia ainda patinando, CEOs e CFOs têm repetido

à exaustão que é preciso fazer mais com menos, gerindo os custos com mão de ferro.

O banco, porém, não tem a pretensão de desenvolver do zero soluções que ajudem seus clientes a resolver problemas como esse, uma vez que seu negócio principal é outro. “Por isso, nós vemos as startups como grandes parceiras de inovação, ao mesmo tempo em que podemos colocar todo nosso portfólio e know-how à disposição”, disse a VP. Esse é o quinto aporte do fundo de CVC do banco, com volume de R\$ 200 milhões. O veículo já investiu em outras fintechs, como Pagave, de buy now pay later, Yours Bank, de educação financeira para jovens, e Bitfy, de criptoativos e tecnologia de blockchain.

Pipeline Valor

Empresas de seguro criticam projeto de lei do setor desarquivado por Pacheco

O desarquivamento do projeto que pretende criar a Lei dos Seguros começa a sofrer reação contrária de seguradoras e resseguradores.

O texto, escrito em 2004, voltou a tramitar no Senado há três semanas, após o pedido do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Nesta quarta, um grupo de representantes de empresas do setor divulgou um posicionamento conjunto com críticas ao projeto de lei. O documento é assinado por entidades como Abecor (associação das empresas de corretagem de resseguros), Fenaber (federação de resseguradores), ABGR (gerência de riscos), ABInsurtech e Anre (resseguradoras locais).

As entidades afirmam que o texto ficou desatualizado após quase 20 anos de discussões no Congresso --a Câmara aprovou o projeto em 2017. Elas dizem ver lacunas

como a possibilidade da contratação de seguros por meios remotos.

“Ao desconsiderar estas novas tecnologias, gera um aumento drástico da insegurança jurídica e dos custos de regulação, colocando em risco esses novos modelos de negócios e prejudicando o acesso a produtos de seguros. O Open Insurance, por exemplo, ficaria inviável”, afirmam na crítica.

A retomada da tramitação é apoiada por entidades como a Fenacor (Federação Nacional dos Corretores de Seguro) e a OAB-SP. Não há previsão de data para o texto entrar na pauta de votações do Senado.

O projeto de lei aborda obrigações e direitos de corretores, seguradoras e clientes. Os temas abrangem desde a formatação dos contratos, para dar maior transparência nas regras e nos termos usados, até o pagamento de prêmios, valores da garantia e da indenização.

Joana Cunha/Folhapress



Embraer lança nova aeronave na configuração da Otan



A Embraer, fabricante brasileira de aviões, anunciou, na quarta-feira (12), o lançamento da aeronave A-29N Super Tucano, que vai atender aos requisitos operacionais da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) – aliança militar formada, em sua maioria, pelos Estados Unidos e por países europeus.

A nova versão do avião de ataque leve, reconhecimento armado e treinamento avançado deve incluir equipamentos e funcionalidades para atender às necessidades das nações europeias, como um novo datalink, single-pi-

lot operation, entre outras modificações.

As novas funcionalidades devem permitir a utilização da aeronave em missões de treinamento do tipo JTAC (do inglês, Joint Terminal Attack Controller). A empresa também anunciou que os dispositivos de treinamento também serão atualizados para padrões globais mais exigentes, incluindo realidade virtual, aumentada e mista.

O modelo do avião tem capacidade de simular missões de combate e fazer upload e download de dados de voo durante treinamentos.

Além disso, a aeronave A-29N Super Tucano é equi-

pada com uma variedade de sensores e armas de última geração, incluindo um sistema eletro-óptico/infravermelho com designador de laser, óculos de visão noturna e comunicações de voz e dados.

De acordo com o presidente e CEO da Embraer Defesa & Segurança, Bosco da Costa Junior, diversos países europeus já demonstraram interesse em recursos específicos da nova versão da aeronave. Mais de 260 unidades já foram entregues e 15 forças aéreas de todo o mundo selecionaram o modelo, incluindo a Força Aérea dos Estados Unidos.

CNN